

**Agência Especial de Financiamento Industrial -
FINAME**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao acionista e Diretores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2014, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Agência, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE		47.440.351	43.043.221
DISPONIBILIDADES	4	-	5
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		561.197	-
Aplicações em operações compromissadas		561.197	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4 e 5	-	262.810
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		-	262.810
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	45.288.367	41.470.108
Repasse interfinanceiros		45.402.967	41.644.729
Provisão para risco de crédito		(114.600)	(174.621)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	1.494.162	1.209.653
Operações de crédito		1.500.362	1.219.718
Provisão para risco de crédito		(6.200)	(10.065)
OUTROS CRÉDITOS		96.625	100.645
Créditos tributários	9.2	13.591	18.823
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	9.1	345	4.080
Diversos		82.689	77.742
ATIVO NÃO CIRCULANTE		146.203.800	123.715.828
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		146.203.800	123.715.828
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	34.656	34.811
Ações		34.656	34.811
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	120.512.193	106.395.616
Repasse interfinanceiros		120.817.142	106.843.624
Provisão para risco de crédito		(304.949)	(448.008)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	8.106.083	6.248.219
Operações de crédito		8.139.721	6.300.206
Provisão para risco de crédito		(33.638)	(51.987)
OUTROS CRÉDITOS		17.550.868	11.037.182
Créditos tributários	9.2	6.161	6.631
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	7	17.521.013	11.009.867
Incentivos fiscais		23.694	20.684
TOTAL DO ATIVO		193.644.151	166.759.049

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE		<u>44.264.154</u>	<u>29.212.494</u>
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	8	<u>43.011.173</u>	<u>28.168.513</u>
Repasse com o BNDES		43.011.173	28.168.513
OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>1.252.981</u>	<u>1.043.981</u>
Fundos financeiros e de desenvolvimento		26.867	22.811
Passivo atuarial - FAMS	11.2	3.297	3.673
Dividendos a pagar	14 e 15.1	248.100	362.267
Impostos e contribuições sobre o lucro	9	471.801	323.387
Outros impostos e contribuições		24.471	12.357
Passivo atuarial - FAPES	11.1	3.049	2.662
Vinculadas ao Tesouro Nacional	13	190.827	138.144
Depósitos a apropriar		137.355	25.229
Diversas		147.214	153.451
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>137.405.880</u>	<u>126.293.586</u>
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	8	<u>137.192.020</u>	<u>126.162.168</u>
Repasse com o BNDES		137.192.020	126.162.168
OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>213.860</u>	<u>131.418</u>
Passivo atuarial - FAPES	11.1	130.459	46.562
Provisões trabalhistas e cíveis	10	121	114
Passivo atuarial - FAMS	11.2	83.280	84.742
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	<u>11.974.117</u>	<u>11.252.969</u>
Capital social		11.131.591	9.498.926
Aumento de capital em curso		744.299	1.632.665
Reservas de lucros		<u>189.472</u>	<u>137.240</u>
Reserva legal		167.938	115.706
Reserva de incentivos fiscais		21.534	21.534
Ajustes de avaliação patrimonial - própria		(91.245)	(15.862)
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>193.644.151</u></u>	<u><u>166.759.049</u></u>

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre de 2014	Exercícios	
			2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.190.974	11.730.995	10.082.247
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		1.810.761	3.558.861	4.043.970
. Moeda estrangeira		1.964.606	1.642.319	1.422.121
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	15.2	3.409.154	6.511.587	4.543.079
Rendas de títulos e valores mobiliários		6.453	18.228	73.077
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.942.973)	(9.798.862)	(7.690.671)
Empréstimos do BNDES				
. Moeda nacional		(4.442.419)	(8.619.256)	(7.115.530)
. Moeda estrangeira		(1.681.933)	(1.354.964)	(1.240.926)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(31.076)	(66.069)	(92.354)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	16	215.395	242.458	761.067
Reversão (constituição) de provisão		192.587	203.947	724.568
Recuperação de créditos baixados		22.808	38.511	36.499
Resultado da carteira de câmbio		(2.940)	(1.031)	(2.928)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.248.001	1.932.133	2.391.576
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(173.782)	(313.523)	(301.353)
(Constituição) Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	10	152	(7)	404
Despesas tributárias		(48.326)	(80.878)	(78.715)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(11.209)	(3.771)
Despesas com pessoal		(76.558)	(151.311)	(141.991)
Resultado com alienações de títulos de renda variável		(125)	(125)	-
Despesas administrativas		(25.220)	(47.000)	(44.392)
Outras despesas operacionais		(23.948)	(26.372)	(45.043)
Outras receitas operacionais		243	3.379	12.155
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.074.219	1.618.610	2.090.223
Imposto de renda	9	(209.646)	(338.406)	(252.465)
Contribuição social	9	(127.083)	(204.378)	(154.912)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	9	2.656	(4.738)	(125.693)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		740.146	1.071.088	1.557.153
Participação dos empregados no lucro		(26.457)	(26.457)	(19.109)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		713.689	1.044.631	1.538.044
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO		1,210504	1,771822	2,608710

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de julho de 2014	9.498.926	1.632.665	115.706	21.534	(64.555)	330.942	11.535.218
Aumento de capital	1.632.665	(1.632.665)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(26.690)	-	(26.690)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	713.689	713.689
Destinação do resultado (Nota 14)							
. Reserva legal	-	-	52.232	-	-	(52.232)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(248.100)	(248.100)
. Aumento de capital	-	744.299	-	-	-	(744.299)	-
Em 31 de dezembro de 2014	11.131.591	744.299	167.938	21.534	(91.245)	-	11.974.117
Mutações no semestre	1.632.665	(888.366)	52.232	-	(26.690)	(330.942)	438.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de janeiro de 2014	9.498.926	1.632.665	115.706	21.534	(15.862)	-	11.252.969
Aumento de capital	1.632.665	(1.632.665)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(75.383)	-	(75.383)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.044.631	1.044.631
Destinação do resultado (Nota 14)							
. Reserva legal	-	-	52.232	-	-	(52.232)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(248.100)	(248.100)
. Aumento de capital	-	744.299	-	-	-	(744.299)	-
Em 31 de dezembro de 2014	11.131.591	744.299	167.938	21.534	(91.245)	-	11.974.117
Mutações no exercício	1.632.665	(888.366)	52.232	-	(75.383)	-	721.148

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de janeiro de 2013	9.498.926	545.865	38.804	9.459	-	-	10.093.054
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(15.862)	-	(15.862)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.538.044	1.538.044
Destinação do resultado (Nota 14)							
. Reserva legal	-	-	76.902	-	-	(76.902)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	12.075	-	(12.075)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(362.267)	(362.267)
. Aumento de capital	-	1.086.800	-	-	-	(1.086.800)	-
Em 31 de dezembro de 2013	9.498.926	1.632.665	115.706	21.534	(15.862)	-	11.252.969
Mutações no exercício	-	1.086.800	76.902	12.075	(15.862)	-	1.159.915

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)**

	2º semestre de 2014	Exercícios	
		2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro do semestre / exercício	1.074.219	1.618.610	2.090.223
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	<u>(213.427)</u>	<u>(238.187)</u>	<u>(757.504)</u>
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(215.395)	(242.458)	(761.067)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	(152)	7	(404)
Depreciação	2.120	4.264	3.967
Variação de ativos e obrigações	<u>(481.564)</u>	<u>(708.565)</u>	<u>(1.288.644)</u>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(12.237.054)	(19.834.751)	(29.408.977)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(3.411.276)	(6.518.514)	(4.577.709)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	16.914.891	30.616.582	32.956.431
. Aumento / (redução) líquido líquido nas demais contas do passivo	130.692	162.502	158.479
. Juros pagos - de repasses	(1.838.191)	(4.740.014)	(298.386)
. IR e CSLL pagos	(40.626)	(394.370)	(118.482)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	<u>379.228</u>	<u>671.858</u>	<u>44.075</u>
Atividades de financiamentos			
. Dividendos pagos	-	(373.476)	(185.726)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(373.476)</u>	<u>(185.726)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>379.228</u>	<u>298.382</u>	<u>(141.651)</u>
Modificação na posição financeira			
Início de período			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	181.969	262.815	404.466
Final de período			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	561.197	561.197	262.815
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>379.228</u>	<u>298.382</u>	<u>(141.651)</u>

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)**

	2º semestre de 2014		Exercícios		
			2014	2013	
RECEITAS	7.406.487		11.965.498	10.765.781	
Intermediação financeira	7.190.975		11.730.996	9.989.893	
Outras receitas	117		(7.956)	14.821	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	215.395		242.458	761.067	
DESPESAS	(6.182.164)		(10.067.699)	(8.410.460)	
Intermediação financeira	(6.158.369)		(10.041.321)	(8.356.456)	
Outras despesas	(23.795)		(26.378)	(54.004)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19.303)		(33.949)	(30.406)	
Materiais, energia e outros	(2.748)		(5.211)	(3.859)	
Serviços de terceiros	(16.555)		(28.738)	(26.547)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.205.020		1.863.850	2.324.915	
RETENÇÕES	(2.120)		(4.264)	(3.967)	
Depreciação	(2.120)		(4.264)	(3.967)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.202.900		1.859.586	2.320.948	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.202.900	100,0%	1.859.586	2.320.948	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.202.900	100,0%	1.859.586	2.320.948	100,0%
Pessoal e encargos	66.956	5,6%	132.212	122.687	5,3%
- Remuneração direta	41.517		86.512	77.694	
- Benefícios	22.019		38.710	32.566	
- FGTS	3.222		6.771	9.167	
- Outros	198		219	3.260	
Participação dos empregados nos lucros	26.457	2,2%	26.457	19.109	0,8%
Impostos, taxas e contribuições	392.192	32,6%	647.831	631.549	27,2%
- Federais	391.993		646.557	630.410	
- Estaduais	3		3	9	
- Municipais	196		1.271	1.130	
Aluguéis	3.606	0,3%	8.455	9.559	0,4%
Dividendos	248.100	20,6%	248.100	362.267	15,6%
Lucros (prejuízos) retidos	465.589	38,7%	796.531	1.175.777	50,7%

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública. Em 1º de abril de 2014, pelo Decreto n.º 8.222, passou a ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

1.2) Objetivos e atuação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo praticamente todos os segmentos produtivos.

A FINAME atua por intermédio de quatro programas operacionais:

- a) FINAME – apoia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.
- b) FINAME Agrícola – tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.
- c) BNDES - EXIM – o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras de bens e serviços nacionais. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

- d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar, por intermédio de agentes financeiros, a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN – e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo de aprovação.

As demonstrações financeiras da FINAME referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria-Executiva, em 12 de fevereiro de 2015.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1) Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

As operações de curto prazo são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

A composição das disponibilidades e aplicações em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

3.3) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação;
- b) títulos disponíveis para venda; e
- c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida ao resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, incluindo quando houver evidência de perda considerada permanente, conforme determinado pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.

As aplicações em fundo de investimento são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelo administrador do respectivo fundo, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

3.5) Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para risco de crédito

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, e observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

3.6) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

3.7) Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

A FINAME oferece aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar, na modalidade benefício definido, que é financiado por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos a um fundo fiduciário.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Os ativos atuariais, determinados por atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários consultores, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, o retorno sobre os ativos do plano, exceto os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), exceto os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. O custo do serviço corrente, qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação e os juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos diretamente no resultado do período.

b) Plano de assistência médica

A FINAME oferece benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado até a idade de aposentadoria e/ou conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o tempo de serviço, segundo a mesma metodologia contábil usada para o plano de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro são reconhecidos no resultado do período.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

c) Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando está comprometida, contratualmente, com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

Os benefícios a empregados estão descritos detalhadamente nas Notas 11 e 12.

d) Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). A FINAME registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

3.8) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 120 mil no semestre (R\$ 240 mil no exercício), de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”, de acordo com a Resolução CMN n.º 3.059/2002.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados estão descritos na Nota Explicativa nº 9.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

3.9) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente provisão para risco de crédito, provisões trabalhistas e cíveis, benefícios a empregados, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.10) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são realizados de acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – n.º 25, e estabelece que:

- Ativos contingentes: não reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se, assim, o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos; e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: são obrigações presentes reconhecidas como passivo desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, que refletem os riscos de perda segundo a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Conforme a expectativa de perda, as ações são classificadas em:

Risco Mínimo – classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas com decisão favorável em primeira ou em segunda instância;

Risco Médio – classificadas nesta categoria as ações com decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado; e

Risco Máximo – classificadas nesta categoria as ações com decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento Divulgação
risco médio	possível	
risco máximo	provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes são divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

3.11) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

4. Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	-	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez	561.197	-
Títulos e valores mobiliários		
Fundo exclusivo do Banco do Brasil *	-	262.810
	561.197	262.815

*O detalhamento da carteira do fundo encontra-se descrito na Nota 5.3. Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins da demonstração do fluxo de caixa

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

5. Títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, os títulos e valores mobiliários constantes da carteira foram classificados, segundo a intenção da Administração, com relação à frequência de negociação ou manutenção em carteira até a data de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada, estava assim composta:

5.1) Composição por natureza e prazo de vencimento

R\$ mil							
Em 31 de dezembro de 2014							
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos disponíveis para venda							
<i>Privados:</i>							
Ações	34.656	-	-	-	-	-	34.656
Total	34.656	-	-	-	-	-	34.656
Curto prazo							-
Longo prazo							34.656
Total							34.656

R\$ mil							
Em 31 de dezembro de 2013							
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação							
<i>Públicos:</i>							
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	262.810	-	-	-	-	-	262.810
Títulos disponíveis para venda							
<i>Privados:</i>							
Ações	34.811	-	-	-	-	-	34.811
Total	297.621	-	-	-	-	-	297.621
Curto prazo							262.810
Longo prazo							34.811
Total							297.621

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

5.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:				
<i>Público:</i>				
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	-	-	262.810	262.810
Títulos disponíveis para venda:				
<i>Privado:</i>				
Ações	35.074	34.656	35.335	34.811
Total	35.074	34.656	298.145	297.621

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Resumo por emissor				
Público	-	-	262.810	262.810
Privado	35.074	34.656	35.335	34.811
Total	35.074	34.656	298.145	297.621

5.3) Fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco do Brasil

As cotas do Fundo BB Urano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa (“fundo investido”) está classificado, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, como título para negociação.

A carteira é composta, basicamente, por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do fundo investido:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fundo BB Urano 2		
ATIVO		
Disponibilidades	-	7
Operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.002
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	259.449
Títulos e valores mobiliários livres		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.360
Outros	-	1
	-	262.819
PASSIVO		
Valores a pagar	-	(9)
	-	(9)
TOTAL	-	262.810

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Composição dos títulos integrantes do ativo do fundo investido por prazo de vencimento:

		R\$ mil					
		Em 31 de dezembro de 2013					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total - Mercado
Fundo BB Urano 2							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	170	1.002	-	-	-	-	1.002
Letras do Tesouro Nacional – LTN	288.751	259.448	-	-	-	-	259.448
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	400	-	-	-	2.360	-	2.360
		260.450	-	-	2.360	-	262.810
							262.812

De acordo com a Circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

5.4) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a FINAME não apresentava saldos em aberto de operações realizadas no mercado de derivativo, assim como não realizou operações ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

6. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

6.1) Composição das operações

		R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2014	2013
Operações de crédito		9.640.083	7.519.924
Provisão para risco de crédito		(39.838)	(62.052)
		9.600.245	7.457.872
Repasses interfinanceiros		166.220.109	148.488.353
Provisão para risco de crédito		(419.549)	(622.629)
		165.800.560	147.865.724
Total		175.400.805	155.323.596
Curto prazo		46.782.529	42.679.761
Longo prazo		128.618.276	112.643.835
Total		175.400.805	155.323.596

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

6.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Setor Público	44.016.926	37.059.276
Setor Privado		
Intermediação financeira	122.204.168	111.429.077
Outros serviços	9.639.098	7.519.924
	131.843.266	118.949.001
	175.860.192	156.008.277
Provisão para risco de crédito	(459.387)	(684.681)
Total	175.400.805	155.323.596

6.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R\$ mil
	31/12/2014
A vencer:	
2015	46.903.329
2016	39.240.917
2017	30.350.855
2018	21.189.653
2019	13.376.611
Após 2019	24.798.827
Total	175.860.192

	R\$ mil
	31/12/2013
A vencer:	
2014	42.864.447
2015	35.630.198
2016	26.851.758
2017	19.156.880
2018	11.249.834
Após 2018	20.255.160
Total	156.008.277

6.4) Concentração da carteira bruta

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2014	%	2013	%
10 maiores clientes	131.674.362	74,9	112.809.226	72,3
50 seguintes maiores clientes	43.796.688	24,9	42.808.399	27,4
Demais clientes	389.142	0,2	390.652	0,3
Total	175.860.192	100,0	156.008.277	100,0

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

6.5) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

A Resolução CMN n.º 2.682/1999 estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Repasses interfinanceiros

					R\$ mil, exceto percentuais	
Nível de Risco	Situação	Repasses interfinanceiros		%	Provisão	
		Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
		2014	2013		Provisão	2014
AA	Adimplente	94.888.509	37.467.527	0,0	-	-
A	Adimplente	61.008.380	99.912.234	0,5	305.041	499.561
B	Adimplente	10.159.554	10.870.641	1,0	101.596	108.707
C	Adimplente	133.297	177.705	3,0	3.999	5.331
D	Adimplente	989	52.731	10,0	99	5.273
E	Adimplente	29.380	-	30,0	8.814	-
F	Adimplente	-	7.515	50,0	-	3.757
Total		166.220.109	148.488.353		419.549	622.629
Curto prazo		45.402.967	41.644.729		114.600	174.621
Longo prazo		120.817.142	106.843.624		304.949	448.008
Total		166.220.109	148.488.353		419.549	622.629

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

b) Operações de crédito

		R\$ mil, exceto percentuais				
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito		%	Provisão	
		Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
		2014	2013		2014	2013
AA	Adimplente	5.205.665	4.137.628	0,0	-	-
A	Adimplente	926.661	656.371	0,5	4.633	3.282
B	Adimplente	3.507.628	1.167.714	1,0	35.076	11.677
C	Adimplente	-	1.553.255	3,0	-	46.597
D	Adimplente	-	4.956	10,0	-	496
H	Adimplente	129	-	100,0	129	-
Total		9.640.083	7.519.924		39.838	62.052
Curto prazo		1.500.362	1.219.718		6.200	10.065
Longo prazo		8.139.721	6.300.206		33.638	51.987
Total		9.640.083	7.519.924		39.838	62.052

6.6) Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2014		
	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo da provisão no início do exercício	(62.052)	(622.629)	(684.681)
(Constituição) reversão líquida	867	203.080	203.947
Baixas contra provisão	21.347	-	21.347
Saldo da provisão no final do exercício	(39.838)	(419.549)	(459.387)

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2013		
	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo da provisão no início do exercício	(861.008)	(548.277)	(1.409.285)
(Constituição) reversão líquida	798.935	(74.367)	724.568
Baixas contra provisão	21	15	36
Saldo da provisão no final do exercício	(62.052)	(622.629)	(684.681)

O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

7. Outros créditos - Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários). Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com as Portarias nº 122, de 10 de abril de 2012, e nº 216, de 29 de maio de 2012, alterada pela Portaria nº 278, de 07 de agosto de 2012, os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano, observado que:

I - Os pagamentos das equalizações podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional;

II - Os valores das equalizações serão atualizados desde a data da apuração até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional;

III - Os valores apurados das equalizações a partir de 16 de abril de 2012 para o PSI, relativos às operações contratadas pelo BNDES, serão devidos após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados pelo Tesouro Nacional desde a data de apuração até a data do efetivo pagamento.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a composição dos saldos é a seguinte:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Valores Apurados em:		
2014 – 1º Semestre	2.981.864	-
2º Semestre	3.028.333	-
2013 – 1º Semestre	1.842.345	1.769.312
2º Semestre	2.568.700	2.421.460
2012 – 1º Semestre	1.441.262	1.358.255
2º Semestre	1.396.067	1.316.044
Anteriores a 2012	4.262.442	4.144.796
Total	17.521.013	11.009.867

A movimentação desta rubrica em 2014 foi a seguinte:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do exercício	10.706.397	303.470	11.009.867
. Valores apurados no exercício	5.911.588	11.716	5.923.304
. Atualização Monetária	569.133	19.150	588.283
. Pagamentos	-	(592)	(592)
. Outras	132.738	(132.587)	151
Saldos no fim do exercício	17.319.856	201.157	17.521.013

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

8. Obrigações por repasses

8.1) Composição

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2014			2013		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
BNDES	170.427.575	9.775.618	180.203.193	146.935.420	7.395.261	154.330.681
Total	170.427.575	9.775.618	180.203.193	146.935.420	7.395.261	154.330.681
Curto prazo			43.011.173			28.168.513
Longo prazo			137.192.020			126.162.168
Total			180.203.193			154.330.681

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 0,5% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2019. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano ou da Unidade Monetária BNDES – UMBNDES (indexador que reflete a média ponderada das variações cambiais das moedas existentes na Cesta de Moedas do BNDES) e juros de até 6,23% ao ano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2024.

8.2) Vencimento das obrigações por repasses

	R\$ mil
	31/12/2014
A vencer:	
2015	43.011.173
2016	42.530.872
2017	44.011.834
2018	42.240.134
2019	4.037.417
Após 2019	4.371.763
Total	180.203.193

	R\$ mil
	31/12/2013
A vencer:	
2014	28.168.513
2015	29.888.917
2016	29.882.519
2017	31.509.404
2018	29.624.028
Após 2018	5.257.300
Total	154.330.681

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1) Corrente

A FINAME adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/1995 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2013 a FINAME constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

	R\$ mil					
	2º semestre de 2014		Em 31 de dezembro			
	Imposto de renda	Contribuição Social	2014	2013	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	1.074.219	1.074.219	1.618.611	1.618.611	2.090.223	2.090.223
Participação dos empregados no lucro	(26.457)	(26.457)	(26.457)	(26.457)	(19.109)	(19.109)
Base para cálculo dos tributos	1.047.762	1.047.762	1.592.154	1.592.154	2.071.114	2.071.114
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	261.941	157.164	398.039	238.823	517.779	310.667
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/1999)	(53.469)	(32.081)	(56.323)	(33.794)	(181.151)	(108.691)
• Créditos baixados como prejuízo	(5.342)	(3.205)	(5.298)	(3.179)	(79.376)	(47.626)
• Passivo Atuarial – FAMS	1.601	961	1.850	1.110	4.205	2.523
• Provisões trabalhistas e cíveis	(38)	(23)	2	1	(124)	(74)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	-	-	-	-	(1.149)	(689)
• Participação dos empregados no lucro	6.614	3.969	1.837	1.102	774	465
• Subvenções – Incentivos Fiscais	-	-	-	-	(4.039)	(1.811)
• Outras adições e exclusões líquidas	(1.662)	298	(1.701)	315	(4.454)	148
Imposto de renda e contribuição social	209.645	127.083	338.406	204.378	252.465	154.912

O saldo a pagar está assim demonstrado:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
• Provisão		
Imposto de renda	338.406	252.465
Contribuição social	204.378	154.912
	542.784	407.377
• Antecipações		
Imposto de renda	(48.840)	(57.763)
Contribuição social	(22.143)	(26.227)
	(70.983)	(83.990)
Imposto e contribuição a recolher	471.801	323.387

Os impostos e contribuições a recuperar são os seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2014	31/12/2013
Antecipações – Incentivo audiovisual	345	4.080
Total	345	4.080
Circulante	345	4.080
Não-circulante	-	-
Total	345	4.080

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

9.2) Créditos tributários

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
• Composição do crédito diferido:		
Créditos baixados como prejuízo	2.253	10.251
Provisões trabalhistas e cíveis	49	46
Participação dos empregados no lucro	10.583	7.644
Provisão para despesas médicas - FAMS	5.835	5.516
Sub-total	18.720	23.457
• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
Perda atuarial – FAMS	1.032	1.997
Sub-total	1.032	1.997
Total	19.752	25.454
Curto prazo	13.591	18.823
Longo prazo	6.161	6.631
Total	19.752	25.454

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/2002, foi constituído crédito fiscal diferido sobre adições temporárias, que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, que serão compensados com lucros tributáveis futuros.

A contrapartida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foi:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Imposto de Renda	(2.961)	(78.558)
Contribuição Social	(1.777)	(47.135)
Total	(4.738)	(125.693)

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

- Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída sobre operações de crédito ou repasses interfinanceiros, os quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

- b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 10.a) e cíveis (Nota 10.b);
- c) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM n.º 695/2012.

Os créditos tributários sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas.

A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

	R\$ mil			
	31/12/2013	Constituição	Realização	31/12/2014
• Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	10.251	728	(8.726)	2.253
Provisões trabalhistas e cíveis	46	71	(68)	49
Participação dos empregados no lucro	7.644	10.583	(7.644)	10.583
Provisão para despesas médicas – FAMS	5.516	3.455	(3.136)	5.835
Sub-total	23.457	14.837	(19.574)	18.720
• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes				
Perda atuarial – FAMS	1.997	-	(965)	1.032
Sub-total	1.997	-	(965)	1.032
Total de créditos tributários diferidos	25.454	14.837	(20.539)	19.752

	R\$ mil			
	31/12/2012	Constituição	Realização	31/12/2013
• Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	137.253	700	(127.702)	10.251
Provisões trabalhistas e cíveis	243	741	(938)	46
Participação dos empregados no lucro	6.405	7.644	(6.405)	7.644
Programa de desligamento planejado de funcionários	1.838	-	(1.838)	-
Provisão para despesas médicas – FAMS	3.412	2.104	-	5.516
Sub-total	149.151	11.189	(136.883)	23.457
• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes				
Perda atuarial – FAMS	-	1.997	-	1.997
Sub-total	-	1.997	-	1.997
Total de créditos tributários diferidos	149.151	13.186	(136.883)	25.454

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 224.206 mil. Este valor refere-se basicamente à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/1999) e à provisão para desvalorização de títulos oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL), sobre os quais não são reconhecidos créditos tributários em função de ausência de expectativa de realização dos mesmos. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/2002, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/2006. Entretanto, conservadoramente, manteve-se o horizonte de 5 anos para realização dos créditos tributários e aqueles valores serão realizados em período superior a este prazo, ou não há expectativa de realização.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2014:

	R\$ mil					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total
• Créditos tributários:						
Créditos baixados como prejuízo	1.690	193	183	187	-	2.253
Provisões trabalhistas e cíveis	-	6	8	5	30	49
Provisão para participação dos empregados no lucro	10.583	-	-	-	-	10.583
Provisão despesas médicas – FAMS	1.120	1.140	1.167	1.190	1.218	5.835
Sub-total	13.393	1.339	1.358	1.382	1.248	18.720
• Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes						
Perda atuarial – FAMS	198	202	206	211	215	1.032
Sub-total	198	202	206	211	215	1.032
Total	13.591	1.541	1.564	1.593	1.463	19.752

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, totalizou R\$ 16.985 mil.

O Art. 5º da Resolução BACEN n.º 3.059/2002 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela Agência. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2014, não foram realizadas baixas desta natureza.

O montante de créditos tributários constituídos após a entrada em vigor desta resolução totalizou R\$ 17.198 mil.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

10. Provisões trabalhistas e cíveis

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Processos trabalhistas	45	114
Processos cíveis	76	-
Total	121	114
Curto prazo	-	-
Longo prazo	121	114
Total	121	114

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

	R\$ mil	
	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2016	15	-
2017	19	-
2018	11	-
2019	-	76
	45	76

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no exercício:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	114	606
Pagamentos	-	(92)
Constituições	21	1.945
Reversões	(90)	(2.345)
Saldo no final do exercício	45	114

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em 31 de dezembro de 2014, existe 1 processo judicial em andamento, classificado na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 34 mil.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo que versa sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no exercício:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	-	4
Constituições	156	-
Reversões	(80)	(4)
Saldo no final do exercício	76	-

Em 31 de dezembro, existem 2 processos judiciais em andamento, classificado na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 25 mil.

11. Obrigações de benefícios de aposentadoria

A partir de 1º de janeiro de 2013, a FINAME passou a adotar o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e contempla substancialmente as alterações no texto da *IAS 19 – Employee Benefits*, emitida pelo *IASB – International Accounting Standards Board*.

As principais alterações do pronunciamento incluem: (i) a eliminação da abordagem de corredor; (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) o reconhecimento imediato dos custos dos serviços no resultado; e (iv) a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

Os efeitos dos ajustes da adoção desse pronunciamento foram considerados imateriais pela Administração e consequentemente reconhecidos no exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil
Outros resultados abrangentes de exercícios anteriores	168.507
Resultado de exercícios anteriores	(3.319)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Passivo atuarial - FAPES	133.508	49.224
Passivo atuarial - FAMS	86.577	88.415
Total	220.085	137.639
Curto prazo		
Passivo atuarial - FAPES	3.049	2.662
Passivo atuarial - FAMS	3.297	3.673
Total	6.346	6.335
Longo prazo		
Passivo atuarial - FAPES	130.459	46.562
Passivo atuarial - FAMS	83.280	84.742
Total	213.739	131.304

11.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS). É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

É administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

- 1) a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2014 é de R\$ 4.390,24 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano;
- 2) a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O Plano é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- a) **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes, e
- c) **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil.

No que tange à definição do teto de ativo (*asset ceiling*), deverá prevalecer o estabelecido na Resolução CGPC n.º 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas e somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, cuja destinação para os participantes e assistidos e para o patrocinador na forma de suspensão, redução parcial ou integral de contribuições normais está condicionada:

I - relativamente aos participantes e assistidos, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias porventura devidas; e

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

II - relativamente ao patrocinador, à utilização da reserva especial para quitação das contribuições extraordinárias e das eventuais dívidas existentes perante o plano de benefícios.

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 2050.

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar efetuada por atuário externo para 31 de dezembro de 2014, com base nos dados de setembro de 2014 e atualizada até 30 de novembro de 2014:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	592.964	495.964
Valor justo dos ativos do plano	(459.456)	(446.740)
Valor presente das obrigações atuariais	133.508	49.224
Passivo atuarial total	133.508	49.224

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Contratos de 2002 (a)	35.541	33.812
Contratos de 2004 (b)	7.935	9.039
Total	43.476	42.851

- (a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêm a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
- (b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

A FAPES pleiteia junto ao patrocinador do plano (FINAME) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2013 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano. Em 30 de dezembro de 2014, a Administração se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	495.965	628.589
Custo do serviço corrente	2.412	4.063
Custo dos juros da obrigação	54.424	53.356
Contribuições dos participantes do plano	1.281	1.406
Benefícios pagos	(32.958)	(31.232)
(Ganho) Perdas atuariais	71.840	(160.217)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	213
Mudança de premissas (taxa de desconto)	45.463	(164.073)
Ajuste de experiência	26.377	3.643
Saldo no final do exercício	592.964	495.965

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldos no início do exercício	446.740	473.275
Receita dos juros	49.226	40.369
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(13.054)	(45.280)
Contribuições recebidas do empregador	8.221	8.202
Contribuições recebidas dos participantes do plano	1.281	1.406
Benefícios pagos	(32.958)	(31.232)
Saldos no final do exercício	459.456	446.740

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 8.497 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,29 anos em 31 de dezembro de 2014 (17,45 anos em 31 de dezembro de 2014).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Custo do serviço corrente	2.412	4.063
Custo dos juros da obrigação	54.424	53.356
Retorno dos ativos do plano	(49.226)	(40.369)
Total	7.610	17.050

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

	R\$ mil	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldos do início do exercício	(5.631)	109.306
Perdas (ganhos) atuariais	71.840	(160.217)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	13.054	45.280
Saldos no final do exercício	79.263	(5.631)

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 2050.

Os ativos do plano de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro							
	2014				2013			
Ativos por categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações								
Companhias abertas	-	-	-	-	-	-	164	164
Fundos de investimento								
Renda fixa								
Ações	39.260	-	-	39.260	39.570	-	-	39.570
Multimercado	221.832	-	116.219	338.051	325.024	-	-	325.024
Empresas emergentes	729	-	-	729	-	1.027	-	1.027
Participações	18.393	-	-	18.393	-	15.659	-	15.659
Imóveis								
Locados a terceiros	-	41.366	-	41.366	-	43.711	-	43.711
Locados aos Patrocinadores	-	3.086	-	3.086	-	3.176	-	3.176
Empréstimos e Financiamentos	-	-	16.154	16.154	-	-	15.998	15.998
Sub total	280.214	44.452	132.373	457.039	364.594	63.573	16.162	444.329
Outros ativos não avaliados a valor justo	-	-	-	2.417	-	-	-	2.411
Total	280.214	44.452	132.373	459.456	381.280	46.887	16.162	446.740

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES montam em R\$ 1.710 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.755 mil em 31 de dezembro de 2013).

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2014 para os próximos três anos:

	R\$ mil
31/12/2015	34.734
31/12/2016	36.297
31/12/2017	37.930

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (acréscimo de 1% na taxa vigente) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissas	Variação	Acréscimo no passivo atuarial
Taxa de desconto	Decréscimo de 1%	11,90 %
Tábua de mortalidade	Desagravamento em 1 ano	1,75 %
Taxa de crescimento salarial	Acréscimo de 1%	0,20 %

11.2) Plano de assistência médica

A FINAME, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/1998 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados da FINAME, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da FINAME para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O Plano de Assistência Médica (PAS) é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2014, a partir da atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, com base nos dados de setembro de 2014 e atualizada até 30 de novembro de 2014, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Valor presente das obrigações não fundeadas	86.577	88.415
Passivo líquido	86.577	88.415

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	88.415	115.341
Custo do serviço corrente	997	1.654
Custo de juros	9.902	9.902
Perdas (ganhos) atuariais	(10.475)	(35.711)
Benefícios pagos	(2.262)	(2.771)
Saldo no final do exercício	86.577	88.415

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Custo do serviço corrente	997	1.654
Custo de juros	9.902	9.902
Total	10.899	11.556

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo do início do exercício	23.490	59.201
Ganhos e perdas atuariais da obrigação	(10.475)	(35.711)
Saldo no final do exercício	13.015	23.490

A FINAME espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 2.827 mil.

A duração média da obrigação atuarial é de 15,02 anos em 31 de dezembro de 2014 (14,37 anos em 31 de dezembro de 2013).

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissas	Variação	Acréscimo no passivo atuarial
Taxa de desconto	Decréscimo de 1%	13,5 %
Tábua de mortalidade	Desagravamento em 1 ano	3,0 %
Custos médicos	Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	15,0 %

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

11.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,11% a.a.	3,11% a.a.
Grupo Apoio	3,11% a.a.	2,54% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	7,75% a.a.	7,84% a.a.
Grupo Apoio	7,75% a.a.	7,30% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,54% a.a.	11,34% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,54% a.a.	11,34% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

12. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Vale-transporte	240	19
Vale-refeição	5.595	4.200
Assistência Educacional	1.626	1.380
Total	7.461	5.599

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

13. Outras obrigações - Vinculadas ao Tesouro Nacional

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) cuja taxa fixa do mutuário final é maior que o somatório do custo da fonte de recurso e da remuneração do BNDES, conforme as portarias do Gabinete do Ministério da Fazenda, sendo o excesso devolvido ao Tesouro Nacional. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 191.806 mil (R\$ 138.144 mil em 31 de dezembro de 2013).

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito da FINAME é de R\$ 11.131.591 mil e está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio das Decisões relacionadas abaixo aprovou aumento de capital social na FINAME como segue:

- Decisão n.º 1.245/2013, de 03 de dezembro de 2013, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 545.865 mil, passando o capital social de R\$ 9.498.926 mil para R\$ 10.044.791 mil, mediante a capitalização de lucros apurados no exercício de 2012.
- Decisão n.º 750/2014, de 19 de agosto de 2014, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.086.800 mil, passando o capital social de R\$ 10.044.791 mil para R\$ 11.131.591 mil, mediante a capitalização de lucros apurados nos exercícios de 2013.

Os dividendos obrigatórios do exercício de 2013, atualizados pela taxa Selic, no valor de R\$ 185.726 mil foram pagos em abril de 2014.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Destinação do resultado

A destinação dos resultados de 2014 e de 2013 está descrita a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Resultado do exercício	1.044.631	1.538.044
Valores destinados		1.538.044
Destinações:		
Reserva legal - 5% ⁽¹⁾	52.232	76.902
Reserva de incentivos fiscais ⁽²⁾	-	12.075
Dividendo mínimo obrigatório - 25% ⁽³⁾	248.100	362.267
Incorporação ao capital	744.299	1.086.800

⁽¹⁾ Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

⁽²⁾ Subvenção para investimento no FINOR – Fundos de Investimento do Nordeste.

⁽³⁾ 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

15. Partes Relacionadas

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.750/2009.

15.1) Transações com o controlador - BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na Nota 8 e Nota 13:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2014	2013
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas	561.197	-
Passivo		
Operações de repasses		
Moeda nacional	170.427.575	146.935.420
Moeda estrangeira	9.775.618	7.395.261
	180.203.193	154.330.681
Dividendos a pagar	248.100	362.267
	180.451.293	154.692.948
	2º semestre de 2014	
Receitas		
Aplicações em operações compromissadas	7.308	7.308
Despesas		
Operações de repasses		
Moeda nacional	(3.545.637)	(6.848.403)
Moeda estrangeira	(1.681.830)	(1.354.761)
Operações de repasses com recursos do PIS/PASEP		
Moeda nacional		-
Total	(5.227.467)	(8.203.164)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

15.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na Nota 7 e Nota 13 e estão resumidas a seguir:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2014	2013	
Ativo			
Outros créditos com STN	17.521.013	11.009.867	
Passivo			
Outras obrigações com STN	190.827	138.144	
2º semestre de 2014			
Resultado:			
Resultado com títulos públicos federais	-	-	38.291
Receitas com outros créditos – equalização	3.409.154	6.511.587	4.543.079
Despesas com outras obrigações – equalização	(31.076)	(66.069)	(92.354)

15.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais federais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2014	2013
Ativos		
Fundos, operações de crédito e repasses	37.829.366	31.656.839
Provisão para risco de crédito	(1.843)	(1.679)
Passivos		
Fundos	26.867	22.811

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

15.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota 11:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2014	2013
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	133.508	49.224
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	86.577	88.415
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes – FAPES -Previdência	(79.263)	5.631
Outros resultados abrangentes – FAMS - Assistência	(13.015)	(23.490)
	2º semestre de 2014	
Despesas		
Plano de Previdência	(3.325)	(5.604)
Plano de Assistência	(4.688)	(8.636)
		(15.246)
		(4.813)

15.5) Remuneração de empregados e dirigentes

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do BACEN.

A FINAME também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da FINAME.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da FINAME são apresentados como segue:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	407	564

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	6,26	49,06	5,79	45,43
Menor Salário (*)	6,26	2,38	5,79	2,38
Salário (*) Médio	6,26	23,99	5,79	22,75

(*) remuneração mensal

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

16. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para risco de crédito:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2014	2014	2013
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	(31.614)	867	798.935
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	224.201	203.080	(74.367)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	22.808	38.511	36.499
Receita líquida apropriada	215.395	242.458	761.067

17. Outras informações

Medida Provisória n.º 627 (MP 627/13) convertida na Lei n.º 12.973/2014

A Lei n.º 12.973/2014, conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil n.º 1.397/2013, n.º 1.493/2014, n.º 1.515/2014 e n.º 1.520/2014 trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, disciplinando o tratamento dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Os dispositivos da lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de sua aplicação antecipada para o ano-calendário de 2014, cuja manifestação deverá ser confirmada ou alterada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF de dezembro de 2014.

A Administração avaliou os impactos que poderiam advir da aplicação dos dispositivos da Lei n.º 12.973/2014, optando pela não antecipação de seus efeitos para o ano-calendário de 2014.

Face às recentes publicações feitas pela Receita Federal do Brasil (Instruções Normativas n.º 1.515 e n.º 1.520, de novembro e dezembro de 2014, respectivamente), a Administração está revisitando a avaliação dos impactos, a fim de verificar eventuais mudanças em sua conclusão, bem como para estar em aderência aos novos dispositivos a partir do início de 2015, contudo entende que não haverá impactos relevantes futuros nas demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

DIRETORIA-EXECUTIVA:

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente

MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor-Superintendente

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

ROBERTO ZURLI MACHADO

JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

FERNANDO MARQUES DOS SANTOS

JOÃO CARLOS FERRAZ

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Maurício Borges Lemos

Luciano Galvão Coutinho

Heloisa Regina Guimarães de Menezes

João Alberto de Negri

Márcio Leão Coelho

Carlos Buch Patoriza

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

CONSELHO FISCAL:

Rubens Gama Dias Filho

Raul Lycurgo Leite

Rodrigo Sampaio Marques

Isabella Martins do Carmo - Suplente

Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira - Suplente

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8